

OS 300 ANOS DE APARECIDA: IMBRICAÇÕES ENTRE RELIGIÃO, ETNICIDADE E IDENTIDADE NACIONAL*

300 years of Aparecida: interconnections among religion, ethnicity and national identity

Diego Omar da Silveira¹

RESUMO

A devoção a Nossa Senhora Aparecida constituiu-se, certamente, como um elemento-chave da fusão entre o catolicismo e a identidade nacional brasileira, ainda que como símbolo ambíguo da reaproximação entre a Igreja e o Estado e da emergência do movimento negro e do Cristianismo da Libertação ao longo do século XX. Este texto revisita os significados de Aparecida na comemoração dos 300 anos do achamento da imagem, buscando compreender, em linhas gerais, o seu vigor nesses dias atuais. Para tanto, analisamos os livros que comemoram o tricentenário, explorando as principais linhas de análise presentes nesses trabalhos.

Palavras-chave: Nossa Senhora Aparecida; Religião; Etnicidade; Identidade Nacional.

ABSTRACT

The devotion to Nossa Senhora Aparecida constitutes, certainly, as a key element of the fusion between the Catholicism and the national Brazilian identity, though as ambiguous symbol of the rapprochement between the Church and the Country and the emergency of the black movement and the Christianity of the Liberation along the twentieth century. This study revisits the meanings of Aparecida in the 300 years of the finding image celebration, seeking to comprehend, in general terms, its vigor these days. For this purpose we analyze the books which celebrate the tercentenary, exploring the main lines of analysis present in this study.

Keywords: Nossa Senhora Aparecida; Religion; Ethnicity; National Identity.

* Uma versão preliminar desse artigo foi produzida a partir dos debates travados na disciplina Identidade Nacional Brasileira, Religião e Fronteiras Étnicas, ministrada no segundo semestre de 2018 pela Profa. Dra. Renilda Aparecida Costa no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

¹ Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Trabalha atualmente como professor assistente no Centro de Estudos Superiores de Parintins da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Coordenou a Regional Norte da Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR). É membro da Rede de Pesquisa: História e Catolicismo no mundo contemporâneo e do Centro de Estudos Políticos, Religião e Sociedade (CEPRES). E-mail: diegomarhistoria@yahoo.com.br.

“Sou caipira, Pirapora | Nossa Senhora de Aparecida
Ilumina a mina escura e funda | O trem da minha vida”

Renato Teixeira

Alguns temas surgem aos cientistas sociais da religião como duplamente desafiadores, já que envolvem não apenas *interesses* sociológicos, antropológicos ou mesmo históricos, mas também a necessidade de contornar os limites impostos pela pertença (passada ou atual) ao próprio *campo religioso*, com tudo aquilo que ela implica em termos de crença, de vocabulário, de investimento.² Nossa Senhora Aparecida, na dupla condição de devoção e elo político entre o catolicismo e a identidade nacional brasileira, parece se encaixar perfeitamente no rol desses objetos complexos, ambíguos, a desafiar nossa condição de analistas de um universo em transformação, no qual as identidades estão se reorganizando em ritmo acelerado e em sentido incertos (PIERUCCI, 2012; CAMURÇA, 2014).

Nacionalmente, ainda que os movimentos de destradicionalização desfaçam aos poucos a ideia de um país católico (PIERUCCI, 2004), a santa negra mantém sua coroa (de rainha do Brasil), seu lugar de padroeira de todos os brasileiros e seu feriado nacional.³ O santuário, ao qual acorrem cerca de 12 milhões de peregrinos todos os anos,⁴ continua sendo visitado pelos papas e pelos candidatos à presidência da República, se mantém como um dos grandes centros de peregrinação mariana do mundo e apenas recentemente perdeu para o Templo de Salomão (da Igreja Universal do Reino de Deus!) o título de maior espaço religioso do Brasil. Sua história chegou aos cinemas e tornou-se enredo de uma novela das seis, da Rede Globo de televisão, exibida entre 2001 e 2002.

Em outra escala – micro? – essa questão esteve também muito presente em minha vida, o que me colocou diante do desafio de produzir esse texto. Lida retrospectivamente, Aparecida pulula, aqui e acolá, em minha trajetória biográfica como símbolo das ambiguidades e contradições, já que me criei em um ambiente familiar muito devoto à santa negra, mas no qual não cessam, ainda hoje, chistes racistas e preconceituosos, entranhados na mentalidade de uma

² Os conceitos de interesse e campo religioso são utilizados aqui em conformidade com Pierre Bourdieu (1990), de modo especial no capítulo “Sociólogos da crença e crenças dos sociólogos” (pp. 108-113).

³ O decreto que considera Nossa Senhora da Conceição Aparecida como “Rainha do Brasil e sua Padroeira Principal” foi assinado em 16 de julho de 1930, pelo papa Pio XI e anunciado solenemente em 31 de maio de 1931, no Rio de Janeiro, em cerimônia presidida por d. Sebastião Leme ao lado de Getúlio Vargas. Mas foi somente em 1980, já nos anos finais da ditadura, que a República reconheceu oficialmente esse fato, reservando 12 de outubro como feriado nacional em sua homenagem (Lei nº 6 802, de 30 de junho).

⁴ Os dados são apresentados por Jorge Sampaio em “Aparecida em números”. In: ACADEMIA MARIAL DE APARECIDA, 2017. pp. 163-167.

região agrária e fortemente patriarcal, onde há poucos negros. Nas memórias de infância sua manifestação é constante. Meu avô paterno, católico devotíssimo, mantinha no sítio uma capela destinada à santinha na qual se faziam novenas e festas. Anos mais tarde, foi a estampa dessa Nossa Senhora que estava no santinho funerário da minha avó. Romarias eram vistas como obrigações que atravessaram gerações, com casamentos e luas de mel (a dos meus pais inclusive) celebradas em Aparecida do Norte. Os membros mais velhos da família rumavam anualmente ao santuário (a cavalo ou a pé) para pagar promessas que sempre se renovavam e nós íamos, crianças e mulheres, de ônibus, em eventos familiares. As imagens, trazidas quase sempre dessas viagens, estavam, aliás, em vários cantos da casa: em altares improvisados nos quartos, no carro e no caminhão do meu pai (em forma de imã), em correntes, broches e terços utilizados pelas mulheres de casa e, eventualmente, nas mãos dos padres Redentoristas que surgiam em “santas missões” nas paróquias da região, ocasiões em que o sino da cidade tocava às cinco horas da manhã convocando a população para a “procissão da penitência”.

Mas o que mais me chamava a atenção, sem dúvidas, eram as visitas recorrentes à “santinha”, no Vale do Paraíba. Aquilo me encantava e estarrecia pela confusão mais ou menos generalizada que se estabelecia entre o sagrado e o comércio, a beleza e o sofrimento. Tudo me parecia tão grande – das centenas de velas queimando à cúpula da Igreja com seus imponentes 70 metros de altura – e, ao mesmo, tempo tão representativo do drama humano. Lembro-me especialmente da sala dos milagres (ex-votos), “chocante em sua aparência – milhares de objetos, de evocação dolorosa, empilhados uns sobre os outros, sem uma ordem satisfatória, como se fossem fragmentos de relações profundamente sentidas e constantemente ameaçadas pela sorte de cada dia”.⁵ Ali se podia ver capacetes do Airton Sena e outras tantas ofertas dos famosos se fundindo a uma imensidão de cartas, fotografias, pernas e braços de gesso e chumaços de cabelo da gente comum, anônima.⁶

Painéis com relatos dos milagres estavam espalhados dos pés da imagem até a chegada à antiga basílica, alguns em áreas aos poucos tomadas por comerciantes que ofereciam um sem número de objetos “consagrados” – santos de gesso, quadros, livros, fitinhas que reforçavam o

⁵ FERNANDES, Rubem César. “Aparecida: Nossa Rainha, Senhora e Mãe, Saravá”. In: ACADEMIA MARIAL DE APARECIDA, 2017. p. 70. Esse texto foi originalmente publicado em *Ciência Hoje* (1985) e reproduzido, mais tarde, no livro sobre “religião e identidade nacional” organizado por Viola SACHS (1988).

⁶ De acordo com Sampaio esses objetos estão agora alocados no “Memorial da Devoção: um museu de peças de cera que retratam a história da Padroeira do Brasil e da devoção a ela, além de conter peças que representam as ilustres personalidades da Igreja e do Brasil, que também se fizeram peregrinos da Virgem aparecida”. In: ACADEMIA MARIAL DE APARECIDA, 2017. p. 164.

fervor devocional. O trajeto entre uma área e outra se dava necessariamente a pé, pela passarela (monumental para o olhar de uma criança) onde não raro nos deparávamos com homens e mulheres pagando promessas, com os joelhos despedaçados, sangrando, e velas nas mãos em sinal do agradecimento por uma “benção recebida” ou por uma “graça alcançada”. Nas palavras de Jorge Sampaio (2004): “saúde, dinheiro e amor”, questões cotidianas profundamente imbricadas na vivência religiosa dos sujeitos.⁷

De modo geral, é possível que esse fascínio (às vezes travestido também em negação ou repulsa) tenha contaminado a literatura sobre Aparecida, de tal modo que à ampla produção memorialística e devocional opõe-se uns poucos trabalhos acadêmicos e um número igualmente pequeno de relatos históricos, baseados em pesquisa, voltados ao grande público. E não é difícil supor que a grandiosidade de tudo o que rodeia o mito e suas representações⁸ tenha desmantelado (inconscientemente?) qualquer tentativa mais ampla de desconstrução. Aliás seu potencial de mobilização popular tem sido ratificado em ocasiões como os desagravos ao “chute na santa”, em 1995 (ver GIUMBELLI, 2003; MONTES, 2012), ou nas mais recentes visitas dos Pontífices Romanos ao Santuário (Bento XVI em 2007 e Francisco em 2013).

Diante desse quadro, esse artigo surge como uma tentativa de elucidar algumas questões que transitam, portanto, do âmbito pessoal ao acadêmico e que exigiram, de alguma forma um mergulho na literatura sobre a principal devoção brasileira. Na primeira parte, busco apresentar brevemente a história da santa “aparecida” no rio Paraíba do Sul na segunda metade do século XVIII e transformada, mais tarde, em símbolo católico da negritude da nação (SANTOS, 2007). Na segunda parte, discuto mais detidamente os livros publicados na comemoração dos 300 anos da devoção com o intuito de apontar as principais linhas de análise presentes nesses trabalhos.

1. Pés de barro, coroa de ouro

Aparecida emergiu das águas enegrecida pelo acúmulo de lama. Talvez já tivesse adquirido uma coloração mais densamente escura em função das velas acesas ao seu redor. Mas fora branca em seus momentos iniciais, como cabia a uma Conceição europeia, que àquela altura era celebrada como padroeira de Portugal e domínios ultramarinos (ALVAREZ, 2014, p. 77ss).

⁷ Ver também o texto de Denise G. Ramos. “A grande mãe brasileira”. In: ACADEMIA MARIAL DE APARECIDA, 2017. pp. 119-131. A autora Analisa do ponto vista psicológico os significados dos milagres e das promessas, partindo do dado (estimado) de que cerca de 20 mil ex-votos são depositados mensalmente no Santuário.

⁸ Ver Edin S. Abumanssur. “A força do mito: tensões e acomodações narrativas em torno das imagens de devoção”. In: ACADEMIA MARIAL DE APARECIDA, 2017. pp. 109-118.

Quando surgiu na rede dos pescadores, estava quebrada: a cabeça separada do corpo de barro. Uma escultura simples, do catolicismo rústico, sertanejo, popular.⁹ Nos três séculos que nos separam da “aparição”, a santa foi representada com a tez branca em estampas até que sua cor se consolidasse, já na segunda metade do século XX, em sua restauração derradeira. Sobre o barro, parcialmente encoberto, foram acrescentados o manto de veludo azul, as pedras preciosas, a pesada coroa de ouro. A Mãe dos pobres, tornou-se, assim, a Rainha celebrada por ditadores e por uma elite eclesiástica intransigente.¹⁰ Serviu para legitimar a ideia de um país que convive a duras penas com a diversidade étnica enquanto se combatia, na maior parte do tempo, a diversidade religiosa. Eis o pano de fundo para uma história na qual se confundem o mito e as evidências, histórias oficiais e as memórias dos vencidos e silenciados (POLLACK, 1992; ORTIZ, 2006).

Os registros mais antigos assentados nos livros da Paróquia de Guaratinguetá mencionam a aparição da imagem em outubro de 1717, durante uma pescaria motivada pela passagem do governador da Capitania de São Paulo à região. Dom Pedro de Almeida, que mais tarde herdaria o título de Conde de Assumar, era recém-chegado à colônia e estava a caminho das Minas de ouro. Devia ser recebido naquela vila com todas as honras, o implicava mesa farta. Sem obter nenhum peixe, os homens teriam recolhido em suas redes as duas partes de uma pequena imagem – primeiro o corpo e depois a cabeça. Com ela, a primeira manifestação do sagrado: em episódio semelhante àquele narrado pelo evangelista João (21:1-14) no qual Jesus torna farta a pescaria dos apóstolos, Maria surge das águas trazendo abundância para aqueles homens simples do interior paulista. “A pescaria, daí por diante, mostrou-se tão profícua que tiveram que recolher a embarcação com medo de naufragar, tão imensa a quantidade de pescado”, anota o padre redentorista Júlio Brustoloni, biógrafo oficial da santa (*apud* SANTOS, 2007, p. 88-89).

O mito de origem se estrutura em torno de “temas recorrentes nas narrativas de imagens de devoção popular e atesta o caráter diferenciado dessas imagens, dando-lhes a legitimidade necessária para se tornarem objetos de adoração”.¹¹ A ele são acrescentados rapidamente outros acontecimentos extraordinários, que transformam um fato aparentemente corriqueiro em uma

⁹ O debate sobre categorias de catolicismo rústico, sertanejo, popular estão sistematizadas brevemente em PEREIRA DE QUEIROZ, 1988.

¹⁰ Rubem César Fernandes (2017) problematiza em sua análise as figuras de Rainha, Senhora e Mãe, bem como a associação de Aparecida a Oxum e Iemanjá nas religiões afrobrasileiras.

¹¹ ABUMANSUR, Edin S. “A força do mito: tensões e acomodações narrativas em torno das imagens de devoção”. In: ACADEMIA MARIAL DE APARECIDA, 2017. pp. 110.

mariofania (AQUINO, 2011, p. 108) e isso delimita suas hermenêuticas. Como propõem João Décio Passos e César Moreira, “a imagem não foi encontrada, mas *apareceu*”,¹² seguindo padrões mais ou menos recorrentes, a pessoas pobres, situadas na periferia das esferas de riqueza e poder, para socorrê-las de suas agruras cotidianas. Segundo Ari Pedro Oro (p. 2003, p. 24-25) uma narrativa que se encaixa perfeitamente em um ciclo de aparições na América Ibérica em que “imagens são descobertas em lugares distantes dos centros urbanos, junto à natureza”. Nesses casos, é como se Maria oferecesse “lugares alternativos de encontro com o sagrado fora das vilas e cidades, conduzindo os seus moradores para a natureza” e libertando o povo da “mediação institucional”, eclesiástica. “Esses eventos são a principal base de sustentação do catolicismo devocional, que domina o contexto religioso ibero-americano” até a segunda metade do século XIX (ORO, 2003, p. 25). O mesmo ocorreu com Aparecida.

Nos dois primeiros séculos da devoção a imagem transitou, conforme se sabe, de um oratório particular da casa de um dos pescadores, Felipe Pedroso, para as mãos de seu filho e daí para uma capela, onde teriam ocorrido novos milagres que atraíram a população e aumentaram, conseqüentemente, o fluxo de fiéis, chamando a atenção do clero. O vigário José Alves Vilela interveio e, “em 1743, o bispo diocesano do Rio de Janeiro, Dom João da Cruz Salgado de Castilho (1695-1756) deu licença para a construção da capela, depois substituída por outra maior”.¹³ A forte piedade mariana e a figuração de Nossa Senhora como intercessora maior no rol desse catolicismo festivo e santorial (SILVEIRA, 2007) devem ter contribuído para que a fama da santa se espalhasse, embora há quem considere com maior relevo “o perfil mesmo da imagem, cuja ‘cor’, por si só, teria se constituído numa força simbólica, unificante das aflições dos negros e mestiços da vizinhança e, mais tarde, de grande parte do país”.¹⁴

De qualquer forma, a passagem de uma devoção “de dimensão familiar para o âmbito do prestígio nacional” foi lenta e negociada. Comportou um processo de “criação religiosa” que conferia aos leigos um papel importante na produção de novas hierarquias, na fabricação dos milagres e na identificação dos lugares sagrados (cf. PEREIRA DE QUEIROZ, 1988, p. 66) e a intervenção progressivamente maior dos agentes eclesiásticos (AQUINO, 2011), o que permitiu transitar, por exemplo, da representação de uma Conceição europeia para uma imagem

¹² PASSOS, João Décio; MOREIRA, César. “Introdução”. In: ACADEMIA MARIAL DE APARECIDA, 2017. p. 12.

¹³ VIEIRA, Frei Dilermando Ramos. “A história da devoção de Aparecida no contexto do catolicismo popular brasileiro. In: ACADEMIA MARIAL DE APARECIDA, 2017. pp. 53.

¹⁴ Idem.

aclimatada à realidade local.¹⁵ Nas palavras de Lourival dos Santos (2007, p. 94), é como se a padroeira do Império português e a principal devoção dos negros (Nossa Senhora do Rosário)¹⁶ se fundissem, “tanto em alma como em corpo”, em uma nova ‘entidade’, que antecipava a própria “criação do Brasil, cindido, desprezado pela elite e, posteriormente, reunificado pela ação de seu povo”.

Na primeira metade do oitocentos, a devoção havia crescido e conquistava, aos poucos, toda uma região economicamente estratégica do país. Foi notada, sem grande destaque, por viajantes europeus da importância de Auguste de Saint Hilaire (em 1822), que menciona a “grande reputação” da santa, e Johann Baptist von Spix e Carl von Martius que de igual maneira se impressionaram com o volume de romarias às vésperas do natal de 1817 (ALVAREZ, 2014, p. 128ss). Há notícias de que o Pedro I também tenha se ajoelhado aos pés de Aparecida na jornada que culminou na proclamação da independência e que a princesa Isabel e Conde d’Eu tenham visitado por duas vezes a sua capela (1868 e 1884): a primeira para pedir e a segunda para agradecer pelos filhos que tiveram. Em uma dessas ocasiões, a herdeira de Pedro II teria doado à santinha uma suntuosa coroa “com trezentos gramas de ouro e quarenta diamantes” (idem). O fato, do qual há poucas evidências históricas, ficou registrado na memória oficial e deslindou para uma aproximação “entre a santa e a princesa” pela atitude que “ambas tiveram em relação à escravidão”. Para Santos (2007, p. 85-86), é como se em meio a campanha abolicionista, as devoções da metrópole entrassem em crise e a santa enegrecesse. “Seguindo a tradição [política e religiosa] do imaginário monárquico, Nossa Senhora Aparecida substituiu o rei como dispensadora da justiça entre os homens”.

Havia, no entanto, muitas contradições entre o Império e a cúpula da Igreja Católica e, há tempos, elas travancavam os interesses da instituição em fazer crescer o culto à Aparecida. Por uma Resolução Régia de 1800, tendo em vista a vigência do Padroado, o Estado podia indicar funcionários para o “comando das finanças religiosas” e o fez, drenando os recursos das administrações paroquiais ora para os negócios públicos, ora para interesses privados de aliados – isso em um tempo em que cresciam as doações de esmolas, joias, terras e até mesmo escravos para a santa. Sobretudo depois da Questão Religiosa¹⁷ surgiram denúncias entre padres ligados

¹⁵ Ver a esse respeito o texto de Neffertit Marques da Costa. “As raízes ibéricas da devoção mariana no Brasil”. In: SANCHEZ, 2008, pp. 105-120.

¹⁶ FONTES DE SÁ, Marco Antônio. “Maria do Rosário, santa branca de devoção de negros”. In: SANCHEZ, 2008, pp. 43-54.

¹⁷ Principal momento de tensão entre hierarquia católica e liberais maçons no século XIX, que culminou na condenação e prisão de bispos católicos. Uma versão bem documentada desses episódios pode ser encontrada em VILLAÇA, 1974.

aos setores ultramontanos acerca do “descaso com as coisas sagradas” e muitas querelas em torno da melhor forma de retomar o controle e a gestão dos “bens de salvação”. Foi nesse contexto, sob o comando do cônego Joaquim do Monte Carmelo, que a basílica ficou finalmente pronta, depois de 43 anos de obras, e que Aparecida foi entronizada, em 1888 (ALVAREZ, 2014, p. 153).

Aproximadamente um ano mais tarde, a proclamação da República e a separação oficial entre Igreja e Estado representariam um novo tempo para tudo o que dizia respeito ao catolicismo. Sem subsídios do governo, mas também sem a sua ingerência em questões internas, a hierarquia buscou, a um só tempo, reforçar a identidade institucional (o que pressupunha uma reforma interna) e lutar por mais espaço e prestígio nas várias camadas da sociedade, afirmando a fé cristã como elemento fundamental da identidade nacional (SILVEIRA, 2009). Nesse sentido, o clero apostava no incremento das romarias e no controle das práticas devocionais, trabalho reforçado pela importação massiva de ordens e congregações religiosas europeias, com forte “mentalidade tridentina” e dispostas a anular o abismo existente entre as “crenças oficiais e as populares”.¹⁸

Sob o comando de missionário Redentoristas alemães, Aparecida é coroada solenemente em 1904, ano também dedicado às comemorações pelo cinquentenário do dogma da Imaculada Conceição (1854), e torna-se um ícone a mais da luta contra o laicismo. Ela também será peça-chave do movimento de reaproximação entre os poderes civil e eclesiástico, embalada por um projeto de recatolicização do Brasil, empreendido pela intelectualidade católica a partir dos anos 1920. Símbolo desse processo é a sua, já mencionada, proclamação a padroeira principal do Brasil, celebrada em meio a grande comoção nacional, em 1931, quando a santa sai de trêm de Aparecida em direção à capital federal, como em uma grande procissão. “No evento, ocorrido sob os braços abertos da recém-inaugurada estátua do Cristo Redentor, Getúlio beijou os pés da santa” (SANTOS, 2007, p. 98), que foi colocada em um palco, no alto da escadaria. E o poderoso cardeal Leme ajoelhou-se para pronunciar: ‘Senhora Aparecida, o Brasil é vosso!’ (ALVAREZ, 2014, p. 192).

Essa era apenas a primeira viagem da santa negra que, a partir daí passaria a conhecer a nação, talvez como sua imagem especular, tão repleta de desencontros quanto as diferentes

¹⁸ FERNANDES, Rubem César. “Aparecida: Nossa Rainha, Senhora e Mãe, Saravá”. In: ACADEMIA MARIAL DE APARECIDA, 2017. p. 70.

imagens que dela faziam os padres e a gente comum.¹⁹ Mais conhecida das massas, por meio de estampas, da imprensa católica e dos programas radiofônicos, ela se tornava, agora, “uma figura simbólica para reivindicar a verdadeira representação da nação” (idem), de rosto negro/moreno,²⁰ como a maioria da população. Por outro lado, se aproximava (definitivamente?) dos círculos do poder político e caía, assim, nas graças da elite. Quando surgiu o projeto de uma nova e grandiosa “casa” para a Virgem, “menor apenas que a Basílica de São Pedro, no Vaticano”, Juscelino Kubistchek apoiou abertamente a ideia. Ofereceu a cúpula ao moderno projeto do arquiteto Benedito Calixto e verbas do Governo Federal para construir o caminho suspenso de quase 400 metros que ligaria a basílica nova à cidade antiga. Os militares, por sua vez, mobilizaram todo o poder simbólico de Aparecida para fortalecer o patriotismo e a ideia de coesão nacional (na luta contra o comunismo internacional). Paschoal Ranieri Mazzili, que declarou vaga a presidência, abrindo caminho aos militares, tinha ido ao santuário no dia 29 de março de 1964, um movimento no qual parecia não estar só. “Para o governador de São Paulo, Adhemar de Barros, a vitória da rebelião [golpe] que derrubara João Goulart era um milagre de Nossa Senhora Aparecida. [E] O cardeal arcebispo dom Jaime Câmara abençoou a Marcha da Vitória, pelas ruas do Rio de Janeiro, atribuindo a vitória ao auxílio divino” obtido por meio da santa (ALVAREZ, 2014, p. 201). Um ano antes do Ato Institucional nº 5, o exército proclamou sua “Generalíssima”, logo cortejada pelos presidentes generais. Como resultado, em meados dos anos 1970, as visitas anuais à Aparecida do Norte haviam “aumentado em 77%, saltando de 903 mil, em 1968, para uma 1,6 milhão”. Nesse período, a imagem havia percorrido “1300 localidades, das cinco regiões”. Segundo as estimativas de Alvarez (2014, p. 205), foram “45 mil quilômetros e 508 dias de viagem”.

Porém, como vimos ressaltando, essa não é a única hermenêutica de Aparecida. Basta lembrar o sucesso de *Romaria*, do músico Renato Teixeira, que estourou nos anos 1970 na voz de Elis Regina, *persona non grata* à ditadura. Segundo o compositor, sua canção retrata “o romeiro cantando sua fé. É o sujeito simples que veste sua melhor roupa, como se fosse para a festa, e quando chega a Aparecida muda até seu olhar, muda tudo. São as pessoas em busca de paz espiritual”. Da mesma forma, a comoção em torno do atentado sofrido pela imagem no final dessa mesma década revela o quanto Aparecida havia se entranhado no universo religioso dos mais humildes. Era, na percepção de Maria Clara Lucchetti Bingemer, presença constante nos

¹⁹ De acordo com a leitura de Fernandes (2017, p. 60) “o clero e povo, no Brasil, nunca rezaram exatamente para a mesma imagem”.

²⁰ Cf. a expressão que se tornou bastante popular na canção do Pe. Zezinho intitulada “Mãe do céu morena”.

espaços para os quais o Cristianismo da Libertação havia trazido uma proposta de fé encarnada, transformadora – a casa, a creche, as comunidades de base – lugares onde mulheres com o rosto parecido com o da “Mãe Aparecida”, conduziam suas lutas cotidianas por direitos e por uma vida digna, fundindo uma leitura social, libertadora e afro.²¹ Acresce a isso os processos de hibridização que a tinham posto em trânsito com o universo das religiões afrobrasileiras, que a identificam com “Mamãe Oxum, deusa das águas doces”,²² em constante regeneração. Ela “pode ser velha ou jovem, rica ou empobrecida, amorosa ou maldosa (...) é livre e mestre das artes domésticas. Ela cura com água fria e destrói a vida com uma enchente furiosa” e sendo muitas “permite aos seus devotos uma experiência de fé complexa”. Na mesma perspectiva, uma “mãe que acolhe” e dá imagens utópicas de redenção, mas que rompe a ideia de “imaculada para deixar-se fluir nas águas plurais do contemporâneo”,²³ como reclamavam, aliás, os teólogos terceiro-mundistas que buscavam colocar em sintonia o imaginário cristão, as tradições ancestrais dos povos afro-latino-americanos e os desafios experimentados pelas mulheres das periferias do mundo (NEVES, 1986).

Essas muitas imagens se fundem, sendo difícil distinguir que Aparecida é essa? Em 1980 ela recebe, com o Brasil, pela primeira vez a visita de um Papa – o polonês que havia se consagrado *pop* beijando o chão de todos os continentes – João Paulo II. Pouco antes, tinha sido agraciada pelo presidente João Batista Figueiredo e por seu Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, com o seu feriado definitivo (12 de outubro, em associação ao descobrimento da América) e parece ter sido em função desse mesmo “dia santo” que levou (simbolicamente) o chute de um pastor neopentecostal anos mais tarde, como emblema de um Brasil em que cresciam a diversidade e a disputa religiosa (PIERUCCI, 2012). Em 2003, foi a vez de Bento XVI, pronunciá-la como “ícone estupendo” de enorme “valor escatológico (...) meta de nossa peregrinação, a pátria que nos espera e pela qual suspiramos”,²⁴ durante a realização da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, para a qual a agora cidade-santuário havia sido escolhida como sede. Uma visita sisuda, que pouco teve em comum com a do papa

²¹ BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. “As hermenêuticas de Aparecida”. In: ACADEMIA MARIAL DE APARECIDA, 2017. p. 70. pp. 21-44.

²² FERNANDES, Rubem César. “Aparecida: Nossa Rainha, Senhora e Mãe, Saravá”. In: ACADEMIA MARIAL DE APARECIDA, 2017. p. 73.

²³ VERDUGO, Marcos. “Uma representação de Nossa Senhora Aparecida na Umbanda”. In: SANCHEZ, 2008. p. 100.

²⁴ Homilia da missa de abertura da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Disponível em <https://www.acidigital.com/aparecida07/documento10.htm>. Consulta em 10 de dezembro de 2018.

Francisco, em 2013, durante a Jornada Mundial da Juventude. Bergoglio, um argentino, convidava, na ocasião, os cristãos a conservarem a esperança e viverem na alegria, sem perder a capacidade de se surpreender com Deus, o mesmo que foi capaz de transformar a vida de três pescadores em um evento que está na origem de Aparecida, a “mãe de cada brasileiro”.²⁵

Todas essas ocasiões foram amplamente televisionadas, sinal dos novos tempos, de midiaticização das expressões e dos sentimentos religiosos, explorados ao máximo limite no caso de Aparecida, que hoje conta com um canal na tv aberta, site interativo (aonde se pode rezar o terço, ascender velas virtuais, marcar intensões de missas ou acompanhar a liturgia diária), loja virtual (que vende uma ampla gama de produtos devocionais) e um *Caminho da Fé* (aos moldes de Santiago de Compostela), além de uma constante *campanha nacional dos devotos* (na qual se pode doar qualquer volume em dinheiro para os trabalhos “de evangelização, acolhimento, acabamento e manutenção da Basílica, além dos meios de comunicação (Rede Aparecida) e diversas obras sociais”. Nas teias desse catolicismo que se reinventa para contornar os desafios do terceiro milênio, Aparecida foi parar até no desfile das Escolas de Samba de São Paulo. O enredo da Unidos de Vila Maria de 2017, inspirado na mesma composição do Pe. Zezinho a qual já remetemos, celebrava, da forma mais popular que se possa imaginar, a “Rainha do Brasil: 300 anos de amor e fé no coração do povo Brasileiro”. Para o carnavalesco, que se confessava frequentador do santuário, esse enredo era “uma forma de prece”, já que “o carnaval é uma ópera de rua, cantada pelo povo em uma grande procissão” (*apud* MARQUES, 2017, p. 70-71).

2. Em torno das comemorações

As comemorações representam sempre momentos de ratificação e atualização da memória hegemônica, conduzidas quase sempre por instituições que lhes garantem prestígio e avalizam as versões oficiais. Não raro, no entanto, tem amplo apelo e respaldo popular, modelando memórias individuais e coletivas, estabelecendo pontos relativamente “invariantes e imutáveis”, nos quais se ancoram os trabalhos de relembração ou reconstrução do passado. Na perspectiva de Michael Pollack (1992), elas quase nunca são espontâneas. Ao contrário, se constroem a partir dos “lugares de memória” – ao mesmo tempo que os edificam – com seus monumentos, imagens, textos e rituais a serem contemplados, lidos e reproduzidos. Por isso a melhor forma de compreendê-los é sempre interpelá-los em seus processos constitutivos,

²⁵ Homília do Papa Francisco em Aparecida. Disponível em <https://veja.abril.com.br/brasil/leia-a-integra-da-homilia-do-papa-francisco-em-aparecida>. Consulta em 07 de janeiro de 2019.

indagando, como sugere Petrônio J. Domingues (2011, p. 28) a estruturação dessas efemérides “em termos de configurações, ideais, discursos, imagens e representações” e até mesmo de “motivações e expectativas”.

Em Aparecida esse é um conjunto de questões que merece ser tomado de forma vívida e atual. Em primeiro lugar porque a forma e conteúdo têm se transformado rapidamente em tudo o que diz respeito às devoções e a essa em especial. Isso implica uma distância muito grande entre o significado da santa negra em seu bicentenário (1917) e tudo aquilo para o que vimos apontando. Para além do lapso temporal, tanta coisa mudou na Igreja e fora dela que é preciso considerar processos mais ou menos profundos de reinvenção de todas as tradições que gravitam, de alguma forma, em torno dessa fé e das práticas sociais que ela enseja. Ricardo Marques (2017) nos fornece um bom exemplo nesse sentido quando compara os milagres históricos, e seus processos de informação e reconhecimento (seja clerical ou popular), com as graças do século XXI.

Tudo aquilo que se dava, no passado, por meio do aparato burocrático da Igreja (cartas ou contatos diretos com agentes institucionais que iam do pároco ao cardeal) se dá, agora, pela mediação da internet ou de sistemas rápidos de divulgação das narrativas dos fieis na seção “Histórias de fé” da *Revista de Aparecida*, criada em 2002 pela Congregação do Santíssimo Redentor para ampliar, e talvez substituir paulatinamente, os já antigos jornal *Santuário de Aparecida* e a revista *Ecos Marianos*. No novo formato, “se o fiel tem certeza de que recebeu a graça, o Santuário de Aparecida e os padres não contestam nem assinam embaixo. O julgamento é de cada um” (MARQUES, 2017, p. 163).

Em segundo lugar, vale destacar a consolidação de algumas leituras, como a da Maria negra, celebrada não por acaso no mesmo dia em que Colombo teria chegado às Américas, o que alude a tantas outras santas desse “cristianismo crioulo”. Na opinião de alguns autores, essa decisão consolida uma “mariologia plástica” que converteu Nossa Senhora de símbolo colonial (La Conquistadora) em *mãe dos pobres e dos aflitos*.²⁶ Em uma mensagem que lançava as bases para as comemorações dos 300 anos, os redentoristas acentuam o elemento étnico: “Maria Aparecida é solidária com os negros. A cor negra da imagem traduz a solidariedade de Maria com a raça negra, tão injustamente escravizada. Sua cor denuncia o pecado do preconceito racial e de toda exclusão. Anuncia a esperança de libertação” (MARQUES, 2017, p. 28). Por outro

²⁶ PASSOS, João Décio; MOREIRA, César. “Introdução”. In: ACADEMIA MARIAL DE APARECIDA, 2017. p. 17. Grifos no original. Ver também o capítulo “Maria e as Mulheres” escrito por Maria Cecília Domezi para esse mesmo livro (pp. 235-251)

lado, a celebração de um dia específico, apenas seu, definido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil apenas nos anos 1950, revisita e reorganiza o mito de origem, aparando arestas e eventuais contradições até mesmo no imaginário popular. Aquela que havia sido celebrada com as suas congêneres Nossas Senhoras, no mês mariano (maio), depois em dezembro na festa na Conceição e até mesmo em setembro (em função da Independência), agora devia ser lembrada todo o dia 12 de outubro.

De minha parte, escolhi desse todo amplo e diversificado de símbolos, apenas um conjunto restrito de livros publicados no embalo das comemorações do tricentenário. Diante da impossibilidade de produzir aqui um amplo inventário, optei por aqueles de maior circulação e impacto entre o grande público ou que fizeram parte do esforço deliberado de produzir uma reflexão em torno das comemorações. Eles se inserem, ao meu ver, em um processo de “criação religiosa”, no sentido apontado por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1988) e encenam aí o peso das mediações intelectuais, capazes de confeccionar “uma ligação entre o particular e o universal, o singular e o global (...) como agentes de uma memória nacional politicamente orientada” (ORTIZ, 2006, p. 139-140).

Os dois primeiros trabalhos selecionados, constroem-se, nessa perspectiva, como esforços de síntese e divulgação. Estão escritos em linguagem jornalística e baseiam-se, de alguma forma, em pesquisas bibliográficas e de arquivos selecionados por seus autores. Rodrigo Alvarez emplacou na realidade uma sequência de livros com muito boa vendagem²⁷ a partir de *Aparecida: a biografia da santa que perdeu a cabeça, ficou negra, foi roubada, cobiçada pelos políticos e conquistou o Brasil* (Globo Livros, 2014). Embora escrito alguns anos antes das comemorações, seu texto atendia a tudo o que o público esperava de uma obra comemorativa, redigida em linguagem simples, ilustrada, com capítulos curtos e um enredo atraente, embora às vezes repetitivo. Seus méritos estão mais na forma do que no conteúdo. Condensam um conjunto de informações que podem ser encontradas na literatura devocional ou nos relatos oficiais dos redentoristas,²⁸ mas sem a linguagem apologética que caracteriza esse tipo de literatura. Ao contrário, o livro insiste em expressões que me parecem, às vezes, até ofensivas

²⁷ Em 2014, *Aparecida* vendeu 60.909 exemplares e apareceu em 6º no ranking dos mais vendidos. Na sequência, vieram, do mesmo autor, outros dois livros cujo sucesso deriva do primeiro: *Maria*, que surgiu em 7º lugar em 2015, com 80.925 exemplares vendidos e (6º em 2016 com 59.357) e *Milagres* (19º em 2017, com 14.681). Em 2018, Alvarez ainda publicou *Jesus*, que ficou em 9º lugar, com vendagem de 45.377 exemplares. Fonte: <https://www.publishnews.com.br/ranking>. Consulta em 10 de fevereiro de 2019.

²⁸ *A Senhora da Conceição Aparecida*, história da imagem, da capela e das romarias, do Pe. Júlio J. Brustoloni (1984) foi, ao que tudo indica, a obra mais consultada por Alvarez (2014).

ao senso religioso de tão jocosas, como quando se refere repetidamente à santa como “feia” ou quando explora os traços obsessivos de alguns padres com o cuidado da Nossa Senhora (colocada até mesmo para dormir na cama de um redentorista). A construção identitária (e seus elos com a política partidária) aparecem em vários momentos, embora haja um sabor especial na forma como o autor se dedica aos detalhes menos conhecidos dessa epopeia, o que fica claro no detalhamento que faz do episódio do atentado sofrido por Aparecida em 1978, assim como da reconstituição da imagem despedaçada, das opiniões da restauradora e do ímpeto do reitor do Seminário em “clarear a santa”.

Já o livro do experiente jornalista Ricardo Marques (2017) é mais contido, politicamente correto. Sua proposta é escrever uma história celebrativa, por meio dos milagres. Uma tarefa facilitada pela primeira parte do texto, em que o autor realiza uma contextualização de cerca de 80 páginas, nas quais discute desde as “origens do culto” até a abrangência nacional da fé na Aparecida e, conseqüentemente, da celebração desse “jubileu de bênçãos e milagres” que, para o autor, estão na “base da imensa fé e do poder inexplicável da santa do Vale do Paraíba. Sem as graças, não haveria uma devoção tão intensa, e nada disso existiria hoje” (MARQUES, 2017, p. 85). Por isso, todo o poderio miraculoso da santa é compilado com detalhes a partir da metade da obra: a começar pelos “milagres históricos” como o surgimento das águas, o ascender e apagar das velas nos oratórios e capelas rudes erguidas nos primeiros tempos, da libertação das correntes que prendiam um escravo e do homem que consegue escapar da onça no mato invocando a Virgem Aparecida. Seguem-se o que o autor chama de “testemunhos antigos” de religiosos e de romeiros que vão depositar aos pés da santa seus relatos: o livramento de acidentes, a proteção de crianças que correm risco de morte, muitas curas de doenças, a gravidez desejada, um novo emprego, a aquisição da casa própria ou mesmo modestos agradecimentos de quem esperava ver os filhos “formados”. Por fim, narrativas atuais, do início do terceiro milênio, de fatos que contrariam as ciências e que, sendo maiores que o entendimento humano, conferem à santa tamanha sacralidade.

Os outros dois livros têm recortes mais acadêmicos, embora misturem dados de estudos conduzidos nas universidades com reflexões de caráter mais religiosos. Estão, de modo geral, remetidos como produções nascidas das discussões das ciências da religião.²⁹ Surgiram das

²⁹ A esse respeito parece importante notar, como em alguns eventos da área ainda existem trânsitos mais ou menos intensos entre o campo acadêmico de estudos e as práticas religiosas, especialmente quando Instituições de Ensino Superior Católicas envolvidas com a produção do conhecimento também estão diretamente envolvidas com a construção das comemorações. Sobre esse assunto, vale conferir discussão de Antonio Flávio PIERUCCI (1999).

reflexões produzidas no *Congresso Mariológico Internacional*, realizado por uma parceria entre a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a Academia Mariana Internacional e a Academia Marial de Aparecida – essa última fundada 1985 com o objetivo de cultivar e desenvolver o culto mariano no Brasil por “meio do conhecimento teológico, evangelizador e pastoral, auxiliado por outros instrumentos de pesquisa e de desenvolvimento sobre Nossa Senhora”.³⁰ Ambos foram publicados pela Editora Santuário.

O primeiro, intitulado *Aparecida: 300 anos de fé e devoção* (2017), reúne um conjunto de renomados estudiosos que palestraram no evento. Está dividido em três blocos, que discutem, sucessivamente: 1) os significados de revisitar essa fé “300 anos depois”, trazendo discussões ricas, ainda em curso, acerca das hermenêuticas que permitem compreender tamanha importância de nossa padroeira negra, seus significados no universo do catolicismo popular, os processos de sincretização do culto e os intercâmbios com outras Marias – negras, indígenas, morenas – da América Latina; 2) “as dinâmicas da devoção” (desde o mito fundador até os números grandiosos ostentados pelo santuário, “coração católico do Brasil”³¹ e 3) “a fé e a vida”, em que são debatidas questões mais teológicas (bíblicas inclusive) e pastorais, no campo mais amplo da mariologia ou na trajetória mais cotidiana do Santuário.

Já a coletânea *Aparecida: significados e perspectivas* (2018) tem um escopo mais modesto. Traz textos de jovens pesquisadores que apresentam ao público leitor as sínteses de suas pesquisas de mestrado e doutorado também socializadas naquele congresso. Arte, história, sincretismo e as festas de Nossa Senhora são discutidas na parte I. De temática mais livre, os textos também refletem uma maior diversidade de abordagens, bem como a riqueza atual das pesquisas. Merecem destaque, nessa chave de leitura, os estudos de Marco Antonio Fontes de Sá (“Maria do Rosário, santa branca na devoção de negros”) e Marcos Verdugo (“Uma representação de Nossa Senhora Aparecida na Umbanda”) e o trabalho de Rodrigo Fadul Andrade e Sérgio Ivan Gil Braga sobre “festas religiosas e devoções populares à Virgem Maria no Amazona”. Na parte II esse mesmo caráter eclético permanece, o que permite reunir desde uma abordagem das relações entre os “nacionalismos latino-americanos e a devoção mariana” (de Leandro Faria de Souza e Valéria Rocha Torres) até dois bons estudos sobre o universo protestante/evangélico, com apontamentos sobre a recepção de Maria entre comunidades periféricas da Assembleia de Deus e a significação da Virgem no *Magnificat* de Lutero. Além

³⁰ Cf. <https://www.a12.com/academia/institucional-academia-marial-do-santuاريو-nacional>. Consulta em 13 de fevereiro de 2019.

³¹ SAMPAIO, Jorge em “Aparecida em números”. In: ACADEMIA MARIAL DE APARECIDA, 2017. P. 164.

de leituras teológicas sobre a maternidade de Jesus no Evangelho de João, em Irineu de Lião e na *Lumen Gentium*.

Como se trata de um estudo exploratório, que busca mais averiguar as potencialidades de um campo do que estabelecer reflexões sistemáticas, creio que não seja o caso de encaminhar conclusões. Ainda assim, penso que caibam alguns apontamentos. São poucos os estudos acadêmicos sobre o assunto. Entre os trabalhos desenvolvidos em Programas de Pós-Graduação e disponíveis para consulta em bancos de dados virtuais, quase nenhum está publicado e, assim, são ínfimas as referências a eles. Logo, não apenas em tempos de comemorações, o debate acaba gravitando em torno da memória oficial e textos/fontes devocionais, o que, de certa forma, limita a capacidade intelectual de discutir mais a fundo um objeto tão central na construção da nossa identidade religiosa, étnica e nacional. Entre os trabalhos analisados, quando se fala em perspectivas, indica-se mais uma capacidade de revisitar as narrativas anteriores do que em tratar os desafios atuais e os possíveis desdobramentos futuros da devoção a Nossa Senhora no Brasil. Para além da celebração, o desafio que vejo como mais urgente para as ciências sociais da religião é recuperar a capacidade crítica de pensar, hoje, os 300 anos de uma devoção, mantendo-nos vigilantes e a postos para o que virá no futuro, seja ele próximo ou distante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

ACADEMIA MARIAL DE APARECIDA (org.). **Aparecida**: 300 anos de fé e devoção. Aparecida: Editora Santuário, 2017.

ALVAREZ, Rodrigo. **Aparecida**: a biografia da santa que perdeu a cabeça, ficou negra, foi roubada, cobiçada pelos políticos e conquistou o Brasil. São Paulo: Globo Livros, 2014.

ALVAREZ, Rodrigo. **Milagres**: histórias reais sobre acontecimentos extraordinários atribuídos à intervenção de Nossa Senhora Aparecida. São Paulo: Globo Livros, 2017.

AQUINO, Maurício. Construindo devoções: as estampas de santos na criação religiosa e na pesquisa histórica – o caso da Nossa Senhora Aparecida do Vagão Queimado. In: **Plura**: Revista de Estudos de Religião. Juiz de Fora: ABHR, vol. 2, n. 1, 2011. pp. 101-117.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. Trad. de Cássia R. da Silveira e Denise M. Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: **A economia das trocas simbólicas**. Trad. de Sérgio Miceli (et. al.). São Paulo: Perspectiva, 1992. pp. 27-78.

BRUSTOLONI, Pe. Júlio J. **A Senhora da Conceição Aparecida**, história da imagem, da capela e das romarias. Aparecida: Santuário, 1984.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. “Seriam as religiões no Brasil atores legítimos ou espúrios na arena pública e no jogo político?”. In: ORO, Ari Pedro; TADVALD, Marcelo (org.). **Circuitos religiosos: pluralismo e interculturalidade**. Porto Alegre: CirKula, 2014. pp. 45-66.

DOMINGUES, Petrônio José. “A redenção de nossa raça”: as comemorações da abolição da escravidão no Brasil. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, v. 31, n. 62, dezembro de 2011. pp. 19-48.

GIUMBELLI, Emerson. O “chute na santa”: blasfêmia e pluralismo religioso no Brasil. In: BIRMAN, Patrícia (org.). **Religião e Espaço Público**. São Paulo: Attar Editorial, 2003.

MARQUES, Ricardo. **Nossa Senhora Aparecida: 300 anos de milagres**. Rio de Janeiro: Record, 2017.

MONTES, Maria Lucia. **As figuras do Sagrado**. Entre o público e o privado na religiosidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

NEVES, Amélia Tavares C. (org.). **Identidade Negra e Religião**. Consulta sobre Cultura Negra e Teologia na América Latina. São Paulo: Associação Ecumênica de Teólogos do Terceiro Mundo: CEDI: Edições Liberdade, 1986.

ORTIZ, Renato. A morte branca do feiticeiro negro. In: **Cadernos de Estudos Rurais e Urbanos**. São Paulo: USP, n. 09, 1976. pp. 119-125.

ORTIZ, Renato. **Cultura e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. Identidade nacional, religião, expressões culturais: a criação religiosa no Brasil. In: SACHS, Viola (org.). **Brasil & EUA: religião e identidade nacional**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

PIERUCCI, Antonio Flávio. Sociologia da Religião: área impuramente acadêmica. In: MICELI, Sergio (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. Sociologia. São Paulo: ANPOCS/Editora Sumaré, 1999. Volume 2. pp. 237-287.

PIERUCCI, Antonio Flávio. “Bye, Bye Brasil” – o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. In: **Revista Estudos Avançados**. Dossiê As Religiões no Brasil. São Paulo: USP/IEA, v. 18, n. 52, 2004. pp. 17-28.

PIERUCCI, Antonio Flávio. Religiões do Brasil. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz, BOTELHO, André (org.). **Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direito**. São Paulo: Claro Enigma, 2012. pp. 60-69.

PETERS, J. Leandro. **Nossa Senhora Aparecida no discurso da Igreja Católica no Brasil (1854-1904)**. Dissertação (mestrado em História). Juiz de Fora: UFJF, 2012.

POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. Trad. de Monique Augras. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 5, n. 10, 1992. pp. 200-212.

SAMPAIO, Jorge Hamilton (org.). **Saúde, dinheiro e amor: estudo da vivência religiosa a partir dos seus sujeitos**. Piracicaba: UNIMEP: CEHILA-Brasil, 2004.

SANCHEZ, Wagner Lopes (org.). **Aparecida: significados e perspectivas**. Aparecida: Editora Santuário, 2018.

SANTOS, Lourival dos. A cor da santa: Nossa Senhora Aparecida e a construção do imaginário sobre a padroeira do Brasil. In: SILVA, Vagner Gonçalves da. In: **Imaginário, cotidiano e poder: memória afro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2007. pp. 87-108.

SILVEIRA, Diego Omar. Santos do Povo. In: **Desvendando a História**. São Paulo: Escala Educacional, v. 14, 2007. pp. 40-41.

SILVEIRA, Diego Omar. Igreja e Identidade católica no Brasil. In: **Sacerdos Magnus: Dom Oscar de Oliveira, O Arquidiocesano e a recepção fragmentada do Concílio Vaticano II na Arquidiocese de Mariana (1959-1988)**. Dissertação (Mestrado em História). Mariana: UFOP, 2009. pp. 54-79.

STEIL, Carlos Alberto. As aparições marianas na história recente do catolicismo. In: MARIZ, Cecília Loreto; REESINK, Mísia Lins; STEIL, Carlos Alberto (org.). **Maria entre os vivos: reflexões teóricas e etnográficas sobre aparições marianas no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. pp. 19-36.

VILLAÇA, Antonio Carlos. **História da questão religiosa no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974.

RECEBIDO em 02/12/19
APROVADO em 07/01/20